



MASSAS

ORGAO DA TENDENCIA PELO PARTIDO OPERARIO REVOLUCIONARIO
ANO III Nº 37 1ª QUINZENA DE AGOSTO DE 1992 Cr\$ 700,00

**Nem Collor, nem Itamar Franco,
nem Eleições Gerais resolverão nossos
problemas !**

**Por uma campanha nacional de
luta em defesa do salário e
emprego e para pôr abaixo o
governo corrupto, antinacional e
antipopular !**

**NENHUMA SOLUÇÃO
DEMOCRÁTICO**

BURGUESA PARA A CRISE!

**Em defesa da via
revolucionária da ação
direta das massas !
Defender os Tribunais
Populares para arrancar
a solução da crise das
mãos da burguesia e
passá-la às massas !
Que os trabalhadores
julguem o governo
através da luta pelas
reivindicações mais
sentidas !**

**VOTO NULO NAS
ELEIÇÕES !**

**Em defesa da sobrevivência
dos trabalhadores e de suas
famílias !**

**Pelo Partido Operário
Revolucionário !**

**Defender os lutadores
contra as prisões
políticas !**

**Não às prisões de Boni,
Romildo e Tonhão !**

A corrupção e os escândalos tomaram conta do governo

As provas já levantadas são mais do que suficientes para pôr fim ao governo Collor. Os depoimentos de Rosinete Carvalho (secretária de PC Farias) dizendo que transferiu dinheiro da empresa EPC para a conta de Ana Acioli (secretária de Collor), as reformas na casa do presidente avaliadas em US\$ 1 milhão pagas por PC, o pagamento efetuado por assessoria fiscal, sendo que a empresa não é especializada no ramo, os lucros milionários da Brasil-Jet, os escândalos envolvendo a Sasse (Cia. Nacional de Seguros Gerais, ligada à Caixa Econômica Federal), que distribuiu mais de 50 bilhões para empresas ligadas a Paulo Cesar Farias e as falcatruas envolvendo as grandes empreiteiras do país.

A crise aberta com essas denúncias

COLLOR PROCURA CONTER A DESAGREGAÇÃO DO GOVERNO

Após o fajuto pronunciamento presidencial, respondendo à comprovação testemunhal de Eriberto, as forças favoráveis ao mandato de Collor se movimentaram rapidamente para conter o processo de desagregação do governo. Armou-se uma frente de Antonio Carlos Magalhães à Leonel Brizola para sustentar Collor no poder. Brizola foi enfático: "Temos que trabalhar para a continuidade de Collor". Itamar Franco diante da possibilidade do impeachment respondeu: "Não há que se falar em golpe". O Planalto articulou uma campanha publicitária em defesa do governo, para se opor aos defensores do impeachment, caracterizando-os de golpistas ("pertencentes ao sindicato do golpe").

Frente à pressão imposta pela burguesia, que exigiu a manutenção do sigilo bancário, a CPI tornou secreta as sessões de investigação de provas bancárias. Os obstáculos ao trabalho de investigação das contas geraram uma crise no interior da CPI. Parlamentares da oposição receberam informações de que o governo está investigando as atividades do relator da CPI, como procurador do INCRA em Rondônia e, também estaria sendo investigada a atuação de Jackson Pereira, como diretor do Bancesa. Apesar da negação desses deputados ficou claro que houve o abandono do ímpeto com o qual vinham apurando as contas bancárias.

Em seu Boletim Nacional de julho, José Dirceu avalia que a CPI entrou no terceiro momento, marcado pelo estrangulamento interno (falta de organização dos documentos, etc), pela articulação de Antonio Carlos Magalhães, Ulysses Guimarães e Brizola para tentar inviabilizar a CPI e pelo governo com as interpelações judiciais contra os depoentes.

chegou ao ponto de esfacelar o governo Collor. No momento mais agudo, quando o motorista Eriberto apresentou a comprovação cabal de toda a corrupção, abriu divisões profundas no seio dos partidos burgueses. A própria cúpula militar chegou a admitir uma solução constitucional para a remoção de Collor. Reunidos com Itamar Franco, dispuseram-se a acatar qualquer resolução dentro dos marcos constitucionais. O jornal militar "Ombro a Ombro" publicou um editorial defendendo o vice-presidente e o classificou como "homem competente e apto a assumir no caso de vacância". As pressões para que Collor renunciasse têm sido fortes, tiveram um momento de refluxo após a liberação de verbas para setores oligárquicos, a reunião de empresários em apoio à política neo-li-

Collor para intimidar a CPI, agiu no sentido de pressionar diretamente o Congresso, investigando as atividades de membros da comissão e anunciando uma devassa fiscal contra os parlamentares e, em seguida, chamou os empresários para depor na Polícia Federal. Isso com o claro propósito de limitar, cada vez mais, o poder de denúncia da CPI.

Promoveu a aproximação com os grandes empresários para servir de base de sustentação do governo. O jantar de apoio ao ministro Marcílio e de sua política neo-liberal (pró-imperialista) e o convite aos empresários para que pressionem os deputados na aprovação da reforma fiscal serviram para desviar o eixo de pressão pelo impeachment.

○ fechamento do acordo com os

CPI REDUZIU O IMPACTO DAS DENÚNCIAS

O setor da CPI responsável pelo levantamento das contas foi de tal forma cerceado pela ala governamental, a ponto do senador Bisol (sub-relator da subcomissão dos bancos), descobrir que não teria acesso aos cheques depositados na conta da empresa Brasil's Garden e, por isso, tornou pública a denúncia de boicote praticado pelo presidente da CPI.

Essa demonstração de que a oposição burguesa, no caso representada abertamente pelo PSDB, se mostra impotente diante da recomposição das forças pró-Collor. Utilizando-se do argumento de que dificilmente se encontrarão provas ligando Collor à PC Faria, como se

O PT E O IMPEACHMENT

Para o parlamentar petista, as denúncias colhidas pela CPI poderão ou não chegar às condições para pedir o impeachment do Collor. Isso dependerá, segundo José Dirceu, do momento político, o que implica necessariamente em uma ampla mobilização popular. O PT tem procurado apoio de outros partidos e junto à sociedade civil. Segundo o deputado, são dezenas de entidades

beral de Marcílio, o acordo com os credores e a retirada de alguns pontos do projeto de reforma fiscal e frente à sua disposição de só sair pela força. Mas a proposta do impeachment volta a ganhar fôlego diante da incapacidade do governo em conter o avanço da crise econômica e o acúmulo cada vez maior de denúncias. Qualquer que seja o desdobramento da situação, a solução da crise se encontra nas mãos da burguesia. O proletariado e as massas em geral estão excluídos do processo, pois as direções do movimento colocam-se por apoiar uma das alas burguesas contra a outra. Qualquer que seja o desfecho, o que se procura é conter o avanço da crise do regime político e mantê-lo em pé para continuar garantindo a exploração de classe.

bancos credores também fez parte do esquema de sustentação de Collor no poder. Da mesma maneira, a liberação dos US\$ 3.057 trilhões para os Estados ocorreu no momento em que o presidente necessita de apoio político para esvaziar as denúncias que atingem o poder do Estado.

A ofensiva de Collor contou com o apoio de uma frente de governadores, que correram para buscar as verbas, com o empresariado afinado com a política neoliberal e com o imperialismo, que tem interesse em ver a crise amenizada, dado que Collor representa o que há de mais avançado na linha de implantação da política recolonizadora das metrópoles.

não bastasse a encurrada de fatos já comprovados, tem reduzido a campanha em torno da renúncia e do impeachment. Vishumbra-se entre os defensores do impeachment que tal medida, na atual situação, é inviável, pois para entrar com o pedido no Congresso Nacional são necessárias 335 assinaturas favoráveis, de um total de 503 deputados, o que dependeria de uma grande unidade burguesa pela remoção de Collor. Mas, esse quadro começa a mudar diante da posição do PFL de não mais se dispor a sustentar Collor e de aceitar o impeachment, desde que o governo de Itamar Franco fosse apenas um tampão até as eleições.

como a OAB, CNBB, Associação Brasileira de Imprensa, CUT, Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE) e IBASES vão dar apoio técnico, político e jurídico para a CPI.

Segundo José Dirceu o PT, PSB e o PC do B são os mais firmes na questão do impeachment, enquanto que o bloco de oposição é unânime no apoio à CPI e às investigações até o fim.

O PT tem procurado ser o porta-voz da oposição burguesa no movimento operário. Fez com que a CUT aprovasse a linha de defesa da CPI, das instituições burguesas (Congresso Nacional) e da solução da crise através do impeachment. A campanha de atos mi-

noritários, de vigílias, patrocinadas pelo legalismo moralista da OAB, objetiva pressionar a ala pró-Collor a abandonar o governo corrupto e avançar na construção de uma unidade burguesa para remover esse governo. A traição do PT se avoluma a cada dia. Por isso, a

sua defesa de impeachment, de unidade com a burguesia e das instituições burguesas são mostras de um partido comprometido em sustentar o regime capitalista decomposto.

OS TRABALHADORES NÃO ACREDITAM NA CPI

Os operários dizem que tudo isso é uma encenação e que todos "que estão lá em cima" roubam. A Folha de São Paulo realizou uma pesquisa onde 71% dos paulistas não acreditam que a CPI dê algum resultado. O que evidência o descrédito com as comissões parlamentares que apuram escândalos e corrupção. Alguns entrevistados chegaram a apontar as falcaturas de Nahas, Magri e outros que não deram em nada.

Para o PT isso ocorre porque o Brasil é o país da impunidade e para superar há que aprofundar as investigações, fortalecer a frente dos partidos

de oposição e pressionar a Receita Federal e a polícia para cumprirem o seu papel.

Ao invés de aprofundar essa desconfiança com relação às instituições do Estado burguês, o PT chama os trabalhadores a confiar na solução da crise pelas mãos da própria burguesia. Pede que a iniciativa política de manutenção ou remoção de Collor permaneça sob controle do parlamento, tão corrompido quanto o Executivo e o Judiciário.

Os trabalhadores já têm provas suficientes da corrupção do Estado. Este não é capaz de pagar o salário mínimo

real (em torno de Cr\$ 1,5 milhão), de dar emprego e estabilidade a todos é porque favorece uma minoria exploradora.

A desconfiança dos assalariados não tem sido levada avante porque a CUT vem praticando a conciliação com o grande capital e está a mercê da política traidora do PT. Nesse sentido, a crise de governo está contida no selo da classe dominante. Portanto, os trabalhadores carecem da independência de classe.

CONVERGÊNCIA SOCIALISTA E CAUSA OPERÁRIA SE UNEM NA DEFESA DO FORA COLLOR E ELEIÇÕES GERAIS.

A esquerda radical democratizante (CS e CO) se opôs às soluções de impeachment e renúncia, porém sem romper com a via democrática burguesa. Levanta a bandeira de "Fora Collor e antecipação da eleições gerais". Não compreende ou falseia que a campanha por eleições diretas é mais uma variante de manutenção da solução da crise governamental nas mãos do poder do Estado e dos partidos burgueses.

A Convergência Socialista chega ao cúmulo de afirmar que através da campanha por eleições diretas se derrubaria Collor através da ação das mas-

sas e que posterior a este feito se convocaria as eleições gerais. Afirmam: "não confiamos neste Congresso! Já está demonstrado que estes testas de ferro dos patrões (...) só votam contra os interesses dos trabalhadores. Nem Itamar, nem este Congresso. Nós queremos eleições gerais!". Não dizem que seu parlamentar, Gradella, entrou com um pedido no Congresso para a antecipação das eleições gerais.

Causa Operária no seu jornal de 27/06 estampou a consigna do "Fora Collor e eleições gerais". Utilizam-se do palavreado demagógico para criticar a

CPI e o Congresso e buscam a solução nos mesmos marcos das instituições burguesas do Estado.

Os esquerdistas democratizantes revelam a farsa de que são favoráveis a ação direta das massas quando reduzem a luta contra Collor à convocação de eleições gerais e renunciam a colocar em primeiro plano a campanha contra a ofensiva capitalista, que atinge duramente as condições elementares de vida dos trabalhadores. Diante da brutal crise da burguesia, a esquerda radical revisionista revela o conteúdo democrático pequeno-burguês de sua política.

Por que defendemos a bandeira dos Tribunais Populares?

A T-POR levanta a bandeira de derrubada revolucionária do governo nacional, antipopular e corrupto. Em oposição a qualquer uma das variantes democráticas de remoção do governo e substituição por um outtro qualquer, empunhamos a bandeira de tribunais populares, que são organismos de luta direta das massas não só contra o governo apodrecido, mas também contra toda a burguesia, sanguessuga dos trabalhadores.

Os tribunais populares não só levam à prática a independência política dos explorados, como materializa o objetivo de acabar com a corrupção e os escândalos expulsando a burguesia do poder. Desta forma, concretiza a idéia de que a corrupção e todo tipo de imoralidade são próprios da classe burguesa em decomposição. A defesa dos tribunais populares para pôr abaixo o governo é dirigida para as massas, sindicatos e para a CUT. Estes são organismos que aglutinam os assalariados contra a exploração. Por isso, suas assembléias poderão ser instrumentos para implantar os tribunais, que só poderão se erguer através de uma grande mobilização nacional pela derrubada

do governo e pelas reivindicações elementares. Assim, é fundamental a ligação da luta pelos tribunais populares às reivindicações mais sentidas dos trabalhadores. Ao emancipá-las das instituições do Estado capitalista, cria as condições para que a ação independente contra o governo se transforme em luta revolucionária pela tomada do poder.

A esquerda democratizante se opõe à estratégia dos tribunais populares, com o argumento de que não é o momento e porque não é capaz de unir as mais diferentes correntes favoráveis ao fim do governo Collor. Ao contrário, os tribunais populares não estão colocados para as massas porque a CUT e os sindicatos estão submetidos à política burguesa de conciliação e de solução da crise através do impeachment. Ao rechaçarem a bandeira de tribunais populares, os centristas se mostram impotentes para lutar contra a burocracia sindical. Momentaneamente se chocam com Collor e eleições gerais, mas trata-se de uma contraposição entre duas variantes de soluções democráticas, nas mãos da burguesia.

O que é preciso entender é que os tribunais populares são organismos de

massa com poder de decisão e não os tribunais para servirem de dramatização. A implantação dos tribunais populares significa que a maioria nacional oprimida não confia no parlamento, nas leis burguesas e nem na justiça para levarem a fundo a investigação da corrupção que assola o país, bem como, da punição dos culpados. E que julgará o governo entreguista através de sua ação direta por suas reivindicações.

Dirigimos a bandeira de tribunais populares aos sindicatos e a CUT, reivindicando que rompam com o parlamento e os partidos traidores da classe operária. Assim, os operários poderão identificar, através da experiência, que a linha do impeachment e seus derivados desaguarão na defesa de um novo governo de opressão de classe. Dizemos que a corrupção não poderá ser julgada pela justiça e nem pelos representantes do Congresso Nacional, porque ambos são partes do Estado burguês decomposto. Somente as massas exploradas e mobilizadas, através da criação de seus próprios organismos poderão julgar e punir os culpados pela corrupção.

REFORMA FISCAL: MAIS IMPOSTOS SOBRE OS ASSALARIADOS

O governo encaminhou ao Congresso a primeira etapa de sua reforma fiscal. A proposta apresentada para discussão e votação foi modificada em relação a proposta inicial. O governo retirou do projeto o fim do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a taxa extra sobre os salários para cobrir o rombo da Previdência, para atender a setores descontentes do Congresso no sentido de evitar que os mesmos engrossem a ala que defende o impeachment. Mas a essência da reforma continua a mesma: trata-se de um aumento generalizado de impostos, principalmente sobre os assalariados.

O aumento de impostos acontece em 2 sentidos: mais trabalhadores vão pagar, e quem pagar vai pagar mais. No caso do imposto de renda por exemplo, o governo pretende que todos os que ganhem salário igual ou maior a Cr\$ 1.052.140,00 paguem imposto. Com isso, o número to-

tal de pessoas que pagam imposto de renda subirá de 7 milhões para até 9 e meio milhões (mais de 2 milhões de pessoas a mais pagarão imposto). Também seria criada uma porcentagem maior para desconto nos salários maiores.

No caso da Previdência, o governo quer acabar com a aposentadoria aos 35 anos de serviço. Só se aposentaria o trabalhador com mais de 65 anos de idade ou com 40 anos de tempo de serviço.

O Fundo de Garantia acabaria para quem começasse a trabalhar depois da aprovação da medida. Quem já trabalha poderia optar entre continuar recebendo os depósitos ou a sua incorporação ao salário (que na prática significa seu fim). Também haveria um novo imposto sobre os saldos devedores de imóveis financiados pelo FGTS.

QUEM PAGA SÃO OS TRABALHADORES

Calcula-se que o total de imposto de renda arrecadado a mais com a reforma seria de 0,29% do Produto Interno Bruto (PIB). As contribuições sociais pagas pelos assalariados subiria em 0,25% do PIB. A fusão do ICMS com o IPI aumentaria a taxa em 2% do PIB. Outros impostos completariam a reforma, que pretende elevar o total arrecadado em 21 bilhões de dólares. Para isso, também se cortaria o repasse de verbas aos estados e municípios.

O governo entreguista, atendendo às imposições do imperialismo (acordo com o Fundo Monetário Internacional - FMI) aumenta os impostos sobre os trabalhadores, que já sofrem um tremendo arrocho salarial; corta investimentos públicos, o que fará piorar a recessão; e ataca conquistas sociais dos trabalhadores, como o Fundo de Garantia e a Aposentadoria. Seu objetivo: arrecadar bilhões de dólares para continuar pagando os juros da dívida externa.

A burguesia dividida se une quando é para subme-

ter o país ao imperialismo e jogar o custo da crise sobre os trabalhadores. Como vemos, com Collor ou Itamar Franco ou qualquer outro que o poder econômico escolha para dirigir o Estado, será mantida a opressão nacional e social.

A luta contra o aumento de impostos se choca com as pretensões da burguesia e do imperialismo. O proletariado necessita se jogar à luta independente contra aqueles que sugam-lhe o sangue, e não ficar à reboque deste ou daquele setor patronal, como tem feito as direções do movimento.

- Nada de campanhas distracionistas por impeachment ou eleições! Por uma campanha nacional de luta por salário e emprego e para pôr abaixo o governo antinacional e antipopular de Collor! Nada de pagar a dívida com o sangue dos trabalhadores e suas famílias! Fora o imperialismo!

Fechado acordo com credores: aumentará a sangria do país

O acordo fechado pelo governo com os bancos credores fará o Brasil desembolsar, só no primeiro ano, mais de 2,1 bilhões de dólares. A dívida brasileira com os bancos é de 44 bilhões de dólares. Como os títulos da dívida estão cotados a cerca de 30% de seu valor nominal, essa dívida vale cerca de 13,2 bilhões no mercado. Os juros reais são portanto de 16%, muito acima dos juros de mercado. Uma parte da dívida será convertida em bônus, com um desconto de 35% e, para cada US\$ 5,5 bilhões convertidos, os bancos emprestarão mais US\$ 1 bilhão em novos empréstimos. Na verdade, não emprestarão nada: como venderão títulos que valem 30% do valor nominal a 65% desse valor, ganharão de cara 35%. Em 5,5 bilhões descontados, ganharão quase dois bilhões. E como o Brasil vai ter que pagar ainda mais 2,1 bilhões de juros, os bancos podem "emprestar"

1 bilhão ao Brasil e ainda ganham outro, livre. E a dívida cresce, de modo que os juros também. Com juros reais de 16% ao ano, em cinco anos se recupera o capital investido, e o devedor ainda fica devendo.

Existe ainda a expectativa de que, após a apreciação do acordo pelo Senado, o Brasil terá que depositar US\$ 3,2 bilhões como garantia. Metade seria imediatamente retirada das reservas do país. Assim, o total desembolsado pelo país neste ano seria de 3,7 bilhões.

O acordo está condicionado à capacidade da União de gerar receitas. Em outras palavras, a um aumento de impostos. Quem pagará a conta serão os assalariados.

A BURGUESIA VAI APROVAR

Para que seja assinado o acordo, será necessária a aprovação do mesmo no Senado. Assim, a burguesia terá

que se comprometer internamente à sua realização. Tudo indica que o fará: os setores chamados "progressistas" (Fernando Henrique do PSDB, por exemplo) já mostram disposição para a aprovação do mesmo.

O avanço da crise política não indica nenhuma alteração nesse sentido. Já se tem articulado com Itamar Franco que se prosseguirá com a linha pró-imperialista na área econômica. Enquanto a solução da crise se encontrar nas mãos da burguesia, a aplicação das imposições do capital estrangeiro sobre o país estará garantida.

Somente uma grande mobilização nacional de massas tendo à frente o proletariado pode mudar o rumo das coisas. É necessária a construção da Frente Revolucionária Antiimperialista para por fim à opressão nacional.

OS EMPRESÁRIOS TÊM MOTIVOS DE SOBRA PARA APLAUDIREM MARCÍLIO E SEU GOVERNO

O grande capital foi chamado a apoiar a política econômica levada a cabo pelo governo Collor. Falando em nome dos empresários, o Sr. Gerdau, disse: "há uma completa identificação na área empresarial com o programa modernizador do presidente". Esse programa, nada mais é do que a política neoliberal, pois esta é a responsável pela taxa de inflação ao nível de 23% ao mês, pela privatização das estatais e, acima de tudo, pelos lucros que vem propiciando ao empresariado.

O acordo que reduziu os impostos e aumentou a exploração dos operários foi feito bem a gosto dos capitalistas da indústria automobilística. Segundo Scheuer, presidente da Anfavea, se mantidas as mes-

mas condições do acordo anterior a indústria poderá produzir 1,3 milhão de carros por ano (fato que não ocorria de 1979). A reforma fiscal, anunciada pelo governo, que reduz os impostos pagos pelos capitalistas e o acordo da dívida externa do Brasil atendem aos interesses do grande capital.

A política econômica neoliberal favorece a concentração de capital nas mãos de um punhado de grandes empresários. Por isso, farão de tudo para sustentar Collor no poder e amenizar os efeitos da crise governamental. Para esses magnatas não se justifica remover um governo que vem cumprindo a risca os acordos com o imperialismo e com os grandes industriais.

SIGILO BANCÁRIO: PROTEÇÃO DOS CAPITALISTAS

Frente ao lamaçal de denúncias de corrupção, a CPI precisou da investigação das contas bancárias dos principais envolvidos. Necessitava verificar quem abastecia a conta de Ana Acioli, quem pagou as reformas da casa do presidente, quem preencheu o cheque do carro oferecido a Collor, enfim, necessitou do rastreamento nas contas de PC Farias e seus consorciados. Porém, esbarrou na lei do sigilo bancário. Para não feri-la tornaram secretas as reuniões para tais investigações.

Prontamente os corruptos se apoiaram na Constituição, que lhes dá todas as garantias de manutenção de seus segredos bancários e garante a propriedade privada como intocável. Ainda assim se utilizam de nomes falsos, de várias contas com nomes diferentes e todo tipo de falcatrua para que a investigação de suas volumosas contas bancárias seja de difícil acesso.

juntamente com os reformistas do PT não têm nada contra a existência do sigilo bancário. Também se apoiam no legalismo burguês contido na Constituição.

A pergunta que devemos fazer é por que a burguesia necessita do sigilo bancário? A resposta é uma só: proteger o seu capital. Trotsky dizia: "as contas entre o capitalista isolado e a sociedade continuam sendo um segredo do capitalista: a sociedade nada tem a ver com isto".

Os segredos comerciais, bancários e das empresas não devem ser privilégios dos capitalistas, as massas possuem o direito de conhecê-los. Contra o sigilo bancário levantamos a bandeira de controle operário, que visa exatamente desmascarar as falcatruas e os escândalos cometidos pelos bancos em prol da classe dominante.

Abaixo o sigilo bancário!

A oposição burguesa

Pelo controle operário!

A CORRUPÇÃO E OS ESCÂNDALOS SÃO ACONTECIMENTOS RECENTES?

A corrupção, os escândalos e os crimes cometidos pelos capitalistas e seus governos não são fenômenos particulares do Brasil e nem do governo Collor.

A decomposição do capitalismo se expressa através da monumental onda escândalos de corrupção. Os exemplos dos recentes escândalos ocorridos nos Estados Unidos, no Japão, na Inglaterra, etc demonstram que são elementos que se revelam, com mais intensidade, nos momentos de crise do sistema econômico. O fenômeno mundial da corrupção adquire particularidades num país de economia atrasada, onde as

frações burguesas se atriitam no poder do Estado e onde a maioria da população vive em extrema pobreza.

No Brasil, a brutal corrupção do governo, das instituições e dos partidos patronais foram rapidamente expostas. Um mar de lama se espalhou por toda classe dominante, evidenciando que não é de hoje que estão mergulhadas no roubo e nos crimes. O fato de vir a público como uma enxurrada é a prova do acelerado grau da crise que atinge em cheio o Estado. Frações da burguesia nacional se chocam e expõem a podridão na qual estão imersas.

A ausência de uma partido

operário revolucionário solidamente estruturado no seio das massas possibilita que a oposição burguesa e os reformistas do PT continuem iludindo os trabalhadores com a proposta de remoção do governo corrupto através do impeachment, portanto a sua substituição por Itamar Franco.

A corrupção e todo tipo de crime contra as massas não serão extirpadas sem que coloquemos abaixo o regime capitalista, responsável pela exploração e miséria da maioria nacional oprimida em benefício de uma minoria exploradora e corrupta.

**ESCREVA PARA O JORNAL MASSAS
O JORNAL QUE DEFENDE A
REVOLUÇÃO**

E A DITADURA DO PROLETARIADO

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

NO NORTE E
NORDESTE ESCREVA
PARA
CAIXA POSTAL
575 - AG.
CENTRAL
RECIFE - PE
CEP 50001

PETROBRÁS: ESCÂNDALOS, DESMONTE E PRIVATIZAÇÃO

Ainda em discussão o processo de privatização da Petrobrás, já começa a despontar o binômio escândalo/desmonte.

Na área do escândalo encontramos a CPI sobre Pedro Paulo Rangel, chefe da Inteligência do governo Collor, acusado de intermediar empréstimos da Petrobrás para a VASP. Apesar da empresa ser considerada deficitária pelo Estado e cujo objetivo do empréstimo era o de sanear a VASP para possibilitar a sua privatização e favorecer o empresário Wagner Canhedo, que adquiriu o controle acionário da empresa aérea.

Na área do desmonte encontramos o corte de investimentos no setor que já fez com que a folha de pagamento da Petrobrás fosse suspensa por tempo indeterminado, ou seja, os trabalhadores do setor estão sem salário e projeta-se um corte de 45% dos funcionários em terra para o próximo trimestre.

Toda essa manobra (escândalo e desmonte) serve a finalidade básica de direcionar a opinião pública para apoiar o processo de privatização já em curso, haja vista, que da Petrobrás resta muito pouco, pois boa parte de suas empresas subsidiárias já foi leiloada para o capital privado.

As privatizações periféricas (Petroflex, Petroquisa, etc), se dão para minar o dispositivo constitucional que classifica o setor petrolífero como de segurança nacional e que não foi possível ainda alterar através do Emendão, mas que, no entanto, após a aprovação da reforma fiscal, que propiciará mudanças constitucionais de vulto, tais como, modificação do sistema previdenciário, tributário, etc em 93, também se abrirá uma brecha para o Emendão de Collor passar no Congresso na área de privatização de empresas consideradas de segurança nacional (petróleo, telecomunicações dentre outros).

Entretanto, essa farsa do governo Collor começa a ser desmascarada, os trabalhadores já percebem o significado real das privatizações: desemprego, arrocho salarial e aumento das tarifas. Prova disso é a recente mobilização dos portuários contra a privatização, que apesar de ter sido quebrada pela burocracia sindical, conseguiu mostrar à opinião pública que este processo de

transferência à frio do patrimônio nacional para as mãos dos imperialistas, não é nem tão simples e nem tão bem aceito, tanto por parte de um setor da burguesia nacional, quanto por parte dos trabalhadores atingidos em cheio em suas condições de vida. A burguesia nacional fica impotente diante da pressão do grande capital pela desregulamentação da economia nacional, pois é incapaz de responder ao problema, porque implicaria numa mobilização de massa que culminaria na sua própria destruição. Por isso limita-se a tentar em vão resolver o problema pela via institucional, ou seja, promovendo o grande baile das liminares sempre derrotadas pelo imperialismo que dá as cartas ao governo anti-nacional, entreguista e anti-popular de Collor.

É necessário que os trabalhadores da Petrobrás saiam em defesa de seus salários e empregos que é parte da luta mais geral contra as desestatizações.

Desta forma, a única possibilidade de deter o processo de entrega da economia nacional é através da mobilização nacional contra o sistema de opressão e exploração imposto pelo FMI, porta-voz do imperialismo mundial. Entretanto, esta mobilização somente ganhará vulto e corpo se for dirigida pelo proletariado para impor o controle operário das estatais como primeiro passo para iniciar o processo de destruição do sistema capitalista e seu regime de opressão, organizando-se numa frente de luta antiimperialista.

CRESCE O DESEMPREGO NO PAÍS: QUE A CUT ORGANIZE A CAMPANHA NACIONAL DE LUTA EM DEFESA DO SALÁRIO E EMPREGO.

Cresce o desemprego no país. Em São Paulo o número de desempregados na região metropolitana somou 1.244.000 de pessoas no mês de junho, o que significa 16,2% do PEA (população economicamente ativa) de 7.678.000 de pessoas.

Em recente pesquisa divulgada pela Price Waterhouse, a saúde financeira das 500 maiores empresas do país é tão boa, que mesmo usando 75% da sua capacidade de produção, elas têm condições de contrair sem problemas empréstimos de US\$ 100 bilhões para fazer frente a um novo ciclo de crescimento da economia.

Como se vê, a burguesia frente à crise econômica, consegue manter a boa saúde financeira, através da redução de sua capacidade de produção (desemprego) e do aumento da exploração do trabalho. Prova está que a Brastemp demitirá 800

funcionários da unidade de São Bernardo e a Petrobrás tem planos de demitir 45% da folha de pagamento do pessoal em terra.

Enquanto os empresários, segundo a pesquisa, "gozam de boa saúde financeira", os proletários, ao contrário dos empresários, estão sendo aniquilados, com o aumento do custo de vida, com o arrocho salarial e com o desemprego em massa.

Para se opor a essa política levada por Collor, de destruição das forças produtivas, imposta pelos credores internacionais, é preciso organizar a campanha nacional de luta em defesa do salário mínimo real (DIEESE) e do emprego, partindo das assembleias sindicais e populares.

É preciso exigir que a CUT rompa com os acordos com empresários e governo (conciliação de classe) e venha organizar essa campanha.

POR QUE VOTAR NULO?

Porque nas eleições, os eleitos são sempre os donos do capital ou seus representantes.

Porque o Estado e a representação parlamentar foram instituídos, exatamente, para que a classe dominante possa oprimir e explorar a classe produtiva.

Porque os eleitos ficam de 4 a 5 anos trabalhando a favor dos burgueses e suas instituições e para conseguirem votos, vêm no último ano de mandato fazer um posto de saúde na periferia ou asfalto em algumas ruas para poderem inaugurar e ganhar votos dos operários enganados.

Porque a miséria que vive o assalariado é sustentada pelo exército e pela repressão policial e a única forma de se contrapor a essa situação é a luta direta dos oprimidos e sua organização como classe, no sentido de acabar com a violência capitalista (ditadura burguesa) e implantar a ditadura do proletariado (poder dos oprimidos sobre os capitalistas).

Porque os partidos que estão aí sustentam o regime de exploração de classe. Como o embrião de Partido Revolucionário não tem ainda condições de participar das eleições, não existe nenhuma alternativa que aponte para a independência de classe.

Continuar elegendo os representantes dos sanguessugas é colaborar para a destruição da classe trabalhadora, é optar por mais fome, miséria e desemprego. O voto nulo, a construção do Partido Operário Revolucionário e a luta direta pelo fim do regime de exploração é a resposta que os trabalhadores devem dar nas urnas.

COMITÊ FORA COLLOR DO ABC

Em 7 de junho de 92, realizou-se em São Bernardo reunião para a formação do Comitê Fora Collor no ABC. Nesta plenária, onde várias organizações estavam representadas, a T-POR levantou a divergência com relação ao Fora Collor e a bandeira de eleições gerais, caracterizando-a como de cunho estritamente eleitoral e que mantém a solução da crise nas mãos da burguesia. Não se diferencia em essência da posição da Articulação, que expressava o mesmo conteúdo eleitoral em suas bandeiras de "Não a Collor", "CPI para valer", impeachment, etc. e que hoje já assume o "Fora Collor".

A Convergência Socialista defendeu nesta plenária a realização de plebiscitos e panfletagens diversas, e o conteúdo de "eleições já" para o "Fora Collor". A T-POR, com base em sua caracterização da bandeira Fora Collor levada pelas correntes do bloco de esquerda, defendeu a construção do Comitê exigindo a independência do mesmo da política burguesa, propondo a organização de atividades concretas. Defendeu principalmente a formação dos Tribunais Populares massivos que não fossem meras dramatizações e sim que os sindicatos e movimentos populares chamassem a luta dos trabalhadores por suas reivindicações e assim julgassem pela ação direta o governo corrupto.

Propôs também que se fosse às bases dos sindicatos dirigidos pela Articulação para exigir o rompimento dos trabalhadores com as direções que de-

fendem a conciliação de classe. Portanto, a proposta concreta era a de tirar das mãos da burguesia a tarefa de julgar e derrubar este governo e passar a tarefa às mãos dos trabalhadores. Após ampla discussão, a plenária se colocou a favor da luta pelos tribunais populares. Tirou-se então uma coordenação e foram dados diversos encaminhamentos.

A Convergência Socialista não pôde fechar com uma bandeira capaz de organizar os trabalhadores de forma independente e massiva. Qual foi a atitude da CS? Boicotou os encaminhamentos, depois de várias tentativas de reunir a coordenação se deliberou pela convocação de outra plenária.

Como a CS não poderia ficar de fora deste Comitê, na reunião que preparava a plenária, simplesmente mudou a pauta. Assim, em 10 de julho, realizou-se outra plenária que deliberou por uma panfletagem no dia 24 de julho na Pça. da Matriz de São Bernardo (com um material que não reivindicasse os tribunais populares), a partir das 17hs, e, novamente, escapou à possibilidade de se trabalhar no sentido de agrupar os oprimidos de forma independente. Os argumentos são vários. Utiliza-se a Convergência dos mesmos argumentos da Articulação, ou seja, de que as correntes não estão preparadas, que não é hora de revoluções, o importante agora é convocar eleições gerais, a direção do PT dirige a maioria dos sindicatos, etc.

No fundo desta polêmica está o fato de que as correntes que defendem uma política democratizante são incapazes de defender uma linha de ação com independência de classe.

A raiz desta contradição está em negar a transição do capitalismo para o comunismo, ou seja, o Socialismo (ditadura do proletariado, governo operário e camponês saído da insurreição), e se colocar pelas facilidades das campanhas eleitorais, com a idéia de que seria possível alcançar um governo dos trabalhadores através do voto.

Lênin em "Estado e Revolução" chega a seguinte conclusão sobre o assunto: "Os agrupamentos e partidos que não compreendem e não se guiam pela ditadura do proletariado, portanto, não se separam ideologicamente da burguesia (não forja a teoria revolucionária) acaba com as idéias da classe dominante". E este é o mal de que padece a esquerda brasileira e mundial. Há que se levantar a bandeira de construção do Partido Mundial da Revolução (IV Internacional), construindo os partidos operários revolucionários em cada país, norteado pela estratégia marxista.

Em defesa dos Tribunais Populares massivos. Só as massas organizadas poderão pôr abaixo este governo corrupto, consequência da própria crise mundial capitalista e de toda incapacidade da burguesia nacional em enfrentá-la.

Não às prisões de Boni, Romildo e Tonhão Fortalecer o comitê contra as condenações Construir novos comitês Defender os lutadores dos movimentos

A justiça burguesa está manobrando no sentido de fazer com que os companheiros Boni, Romildo e Tonhão não tenham o recurso de apelar das sentenças condenatórias em São Paulo. Assim, logo poderão ser presos, após novas condenações dos processos em curso. Isto porque deixarão de ser réus primários.

Para quebrar a primariedade, o tribunal de São Paulo já condenou por unanimidade o companheiro Boni num processo movido por Satessi (candidato a vereador pelo PT em Diadema), processo este cheio de contradições, a respeito de uma agressão que alega ter sofrido.

Com essa condenação, o juiz Rubens Rühl já pode condenar Boni a até 4 anos de prisão sem direito a apelar em liberdade.

Após as condenações dos trabalhadores sem terra no Sul do país, agora virão as prisões políticas das lideranças de sem teto. Trata-se de uma ofensiva contra as ocupações,

que se dá através das prisões das lideranças.

A defesa dos companheiros é tarefa de todos que se coloquem contra a perseguição e prisão políticas, e dos movimentos apoiados por eles na luta. É preciso formar comitês contra as prisões e fortalecer os existentes, para se opor às condenações, e agora, às prisões.

Não deixemos que os lutadores que defendem as condições de vida das massas sejam colocados na cadeia, enquanto o governo corrupto e vendepátria de Collor continue a salvo do julgamento das massas.

Pelo fim do governo corrupto! Abaixo Collor!

Em defesa dos lutadores da classe operária e do campo!

Não às prisões e perseguições políticas!

○ Comitê contra as prisões se reúne todo ao 4º foiras na Câmara Municipal de Diadema, às 19 horas.

PROFESSORES: CONSTRUIR A GREVE POR TEMPO INDETERMINADO

A direção da Apeoesp vem não é de hoje aprofundando as suas tendências burocráticas. A sua integração na corrente política Articulação (que dirige majoritariamente a CUT e o PT) torna-a também defensora da estratégia do governo democrático e popular (coalisão com os partidos burgueses) proposta pelo PT. Dessa forma, verifica-se que é a estratégia reacionária do PT, de manutenção do capitalismo com um programa de conciliação de classes, que vem sendo implementada e potencializada no movimento dos professores, através da tática do não enfrentamento com o governo, do respeito às leis anti-trabalhadores, às instituições burguesas, etc.

Não é à toa que no último período a direção da Apeoesp tem feito de tudo para impedir a unidade da classe, organizando campanhas que visam apenas sensibilizar o governo, barganhando algumas migalhas sem

necessidade da greve. Os dois dias de protesto no 1º semestre foi exemplo disso (atos descentralizados).

Agora quando o piso da categoria é de 1,7 salário mínimo, a diretoria vê-se obrigada a defender demagogicamente a greve para o 2o. semestre.

Para enfrentar a política sucateadora e privatista de Fleury/Collor é necessária a mais ampla unidade da classe. Significa dizer que os professores deverão rechaçar a política reacionária da direção Articulação e defender na assembléia do dia 14 a greve por tempo indeterminado, construída a partir da discussão nas escolas, nas comunidades, tendo como eixo o piso do DIEESE, a escala móvel de salários, reposição de todas as perdas contra a privatização dos serviços públicos. Se não for por essa via, os professores continuarão sem conquistas salariais e educacionais.

UMA ATITUDE ANTI-DEMOCRÁTICA: ARTICULAÇÃO GOLPEIA A DEMOCRACIA SINDICAL

No dia 27/06, a chapa da Articulação, que concorreu ao Conselho de Representantes, promoveu um golpe de caráter anti-democrático aos professores da região Oeste.

Em nome da sua hegemonia na região excluiu os conselheiros mais votados na formação da direção da executiva regional. Promoveu uma reunião esvaziada, convocando os conselheiros às pressas (com 3 dias de antecedência) e mantendo-a, mesmo sabendo, meses antes, que os companheiros da oposição estariam ausentes por serem delegados (pela Apeoesp) à plenária estadual da CUT. Com a presença de apenas um terço dos conselheiros eleitos, além de garantir os principais cargos, chegou ao absurdo de indicar 13 nomes de pessoas ausentes.

Na reunião do dia 30/06 do RE aprovou-se um recurso apresentado pelos opositores, onde repudia o ocorrido e considera ilegítima a reunião do dia 27, exigindo nova reunião do CR.

Caracterizamos como um golpe à democracia sindical, pois esses métodos são próprios dos pelegos, daqueles que a todo custo querem controlar o sindicato, que não aceitam aqueles

que divergem de sua política.

Por negar o direito à proporcionalidade, princípio mais elementar da democracia operária, excluíram os professores que de fato têm representação na classe e defenderam o monolitismo, ou seja, uma só corrente política dirige a Apeoesp.

Contrariamente aos métodos anti-democráticos, defendemos a proporcionalidade, isto é, o direito de todas as correntes políticas que tenham expressão na base, de estarem representadas na direção executiva. Por isso, apresentamos o recurso para a realização de uma nova reunião.

Denunciamos esse fato por entender que os professores têm o direito de conhecer a política que vem sendo implantada pela atual diretoria da Apeoesp (corrente Articulação). Consideramos que por essa via só teremos mais derrotas. O movimento dos professores necessita da mais ampla democracia sindical para poder enfrentar a política de fome que Fleury vem impondo.

Chamamos os professores a defenderem a democracia sindical e a condenarem os métodos espúrios utilizados contra nossa classe.

TÊXTEIS: EM DOIS ANOS OS TRABALHADORES VIRAM SUCATA!

Em estudo desenvolvido pela Oposição Têxtil sobre as condições de trabalho da categoria, chegou-se a uma constatação impressionante. Em função do ruído das máquinas (maior problema da categoria) em menos de 2 anos um trabalhador com jornada de 6 horas consecutivas estará surdo. Além do ruído, a vibração provocada pelas máquinas induz ao aborto. É muito comum entre as operárias o aborto sem qualquer causa aparente, este é mais um crime dos patrões contra os trabalhadores que permanece impune. O ruído ainda provoca outras enfermidades de maior ou menor gravidade.

Entretanto, a solução para o problema já foi encontrada. As máquinas importadas (que são a grande maioria encontrada nas fábricas) já vêm com abafadores de ruídos, mas como

isto encarece o custo, OS PATRÕES MANDAM TIRAR! E tentam minimizar o problema tornando obrigatório o uso de EPI (equipamento de proteção individual) que se resume num fone de ouvido que bloqueia no máximo 40% do ruído produzido e não detém as vibrações.

Como em 2 anos um operário já se encontra num estado calamitoso de saúde, as empresas promovem exames periódicos, dos quais os trabalhadores nunca sabem o resultado, mas depois desses exames uma leva de operários são demitidos, ou seja, os que já foram inutilizados são jogados fora.

A opção que nos dão é a de procurar os Programas de Saúde do Trabalhador, o que não resolve nada, pois quando os trabalhadores têm necessidade de procurar um serviço des-

ta natureza, na verdade já estão inutilizados.

Qual a saída para tantos problemas senão a organização dos trabalhadores? É preciso trabalhar para fortalecer a oposição sindical, pois os pelegos do sindicato nada pretendem fazer contra isso, pois trabalham a favor dos patrões e não dos empregados.

A luta por melhores condições de trabalho, reivindicação de 40 horas semanais, sem redução de salário pode ser um passo, mas somente a luta mais geral pela derrubada do regime de opressão é que conquistaremos todos os nossos direitos e teremos condições de vida realmente digna.

**MORTE AOS CAPITALISTAS
QUE NOS SUGAM E MATAM!**

MOVA - CHANTAGEM E CAMPANHA POLÍTICA NORTEIAM A POLÍTICA DE ALFABETIZAÇÃO DO PT

Os núcleos de alfabetização do MOVA, estão sendo expulsos pela administração petista das EMEIS em que alguns se instalaram.

Ameaçados com cortes de salário e verbas, os monitores estão se vendo na contingência de abandonar as escolas com seus alfabetizandos para poderem continuar trabalhando no movimento. O caso do Jd. Sto. André vem sendo o mais controvertido, pois parte dos monitores se colocaram terminantemente contra a mudança de local. A Secretária da Educação tentou, primeiramente, convencê-las com o argumento de que em época de campanha eleitoral, não ficaria bem para a imagem do PT, se um candidato de outro partido decidisse fazer uma devassa nas contas do MOVA, pois, apesar de contrato firmado há mais de 3 anos com a associação de bairro, onde constava uma cláusula em que se determinava a não utilização de espaços públicos e para que isso não ocorresse a Secretária se propunha a pagar uma verba extra para pagamento de conta de água e luz, o núcleo foi instalado num EMEI da prefeitura e mesmo assim a verba continuou a ser repassada para a associação.

Este argumento foi amplamente rejeitado pelas monitoras e alfabetizandos de sorte que hoje, a exemplo do já ocorrido nos demais núcleos, a ameaça de corte de salário foi colocada como forma de reprimir a manifestação de monitoras e alfabetizandos, ou seja, a discussão com a comunidade sobre a utilização de espaços públicos sequer foi colocada e se usa agora além da pressão sobre os salários a forma jurídica dada a um contrato do qual a população do bairro não tomou parte.

Os monitores e alfabetizandos, certamente sairão em busca de outras instalações, pois a resistência ainda é circunscrita ao Jd. Sto. André, o que limita o poder de ação deste núcleo. Mas este fato serviu

também para mostrar que para resolver o problema da educação é preciso ir muito além das palavras bonitas e bem colocadas da fantasia burguesa de educação libertadora.

Por outro lado, na questão eleitoral temos também a exigência disfarçada do voto em Suplicy, através de afirmações do gênero: "Se o Suplicy perder as eleições, decerto o MOVA acabará", "se os alfabetizandos não desocuparem os espaços públicos, os políticos de "direita" utilizarão o fato como argumento para derrubar a candidatura Suplicy", "por causa das eleições não podemos fazer manifestações contrárias a Secretária da Educação, pois agora não é hora de discutirmos política, porque o problema é jurídico e os de "direita" podem usá-lo contra a gestão democrático e popular". Esta exigência, em breve, chegará a termos mais explícitos, pois não é segredo para ninguém que na base da proposta de formação do MOVA estava a tentativa de criar "currais eleitorais" para eleger candidatos petistas.

Outra falsificação da Secretária Municipal de Educação é o chamado Fórum do MOVA, onde só tem direito a voz e voto os supervisores do núcleo, ligados diretamente à administração. Para evitar mais essa forma de manipulação devemos exigir que o fórum seja aberto também aos monitores e alfabetizandos e que estes também tenham direito a voz e voto para poderem colocar um freio a tanta manipulação.

Devemos exigir que o movimento coloque imediatamente em discussão toda a estrutura educacional capitalista e que coloque nas mãos dos trabalhadores e da comunidade o controle sobre o uso dos espaços públicos, das verbas e, sobretudo, sobre o próprio MOVA.

Desta forma estaremos abrindo caminho para a luta mais ampla contra as formas de opressão do Estado burguês sobre os trabalhadores.

A OCUPAÇÃO EM IPERÓ

Continua a resistência dos 3 mil sem-terra que ocupam desde o último 16 de maio a Fazenda Ipanema, em IPERÓ. A fazenda possui 800 mil alqueires de propriedade do Ministério da Agricultura e Reforma Agrária.

Apesar da terra pertencer hoje ao Ministério da Agricultura, este latifúndio que foi desapropriado em 1968 para fins de reforma agrária, acabou sendo utilizado exclusivamente como campo de manobras do exército, ao longo de quase 30 anos, sem jamais ter tido uma única família assentada no local.

Hoje, as 800 famílias que ocupam estas terras, alimentam a esperança de nelas permanecerem, cultivarem e produzirem. As dificuldades são grandes pois o jogo de empurra-empurra promovido entre o Ministério da Agricultura, o Ibama e o Governo Estadual só faz prolongar a agonia dos camponeses, pois nenhum desses órgãos pretende ceder as terras para assentamento dos camponeses. Além disso, o terrorismo psicológico campeia. Já ocorreram 5 incêndios em áreas próximas ao acampamento, com o objetivo de incriminar os ocupantes, fato desmentido pelo próprio Corpo de Bombeiros, que afirma que o foco dos incêndios se inicia sempre na área ocupada pelo Exército (Projeto Aramar) distante cerca de 5 km do acampamento e os próprios ocupantes têm ajudado a combatê-los. No último incêndio os ocupantes afirmam ter visto uma avião sem identificação sobrevoar a área e atirar uma tocha sobre a floresta nativa.

Além disso, os ocupantes estão numa área de aproximadamente 1.900 alqueires, que vem diminuindo dia a dia, pois os soldados lotados em Aramar toda noite avançam os mourões da cerca para dentro da área ocupada, esperando a reação dos camponeses que, sem dúvida, desencadeará violenta repressão.

Enquanto aguardam a decisão das instituições burguesas, os ocupantes já plantaram mais de 2 alqueires e já começam a produzir para consumo interno rabanetes, rúcula e já iniciaram o trabalho na terra para cultivo de feijão, mandioca, etc.

Entretanto, para fazer valer a palavra de ordem "ocupar, resistir e produzir" e conduzir o movimento à vitória, é imprescindível a unificação do movimento à níveis mais gerais rompendo com o isolamento, pois a conduta isolacionista fatalmente levará o movimento à derrota, pois apenas esperar que as instituições burguesas decidam se podem ou não ceder mais algumas migalhas aos trabalhadores.

Além dos sindicatos cutistas colaborarem com ajuda material ao movimento é necessário que promovam a unidade das lutas tanto do campo como da cidade, para organizar e dar sustentação a um movimento nacional contra a opressão, a miséria, a fome, o desemprego e a exploração, levantando a bandeira de luta contra a burguesia nacional e os latifundiários, frutos do sistema capitalista. O problema da terra no Brasil só se resolverá pela revolução proletária através da aliança operário e camponesa.

E este fato só se concretizará com a construção do Partido Operário Revolucionário.

POR TERRA E TETO A TODOS OS OPRIMIDOS!

POR EMPREGO E SALÁRIO DIGNO PARA TODOS!

FRACASSO DO NEOLIBERALISMO RUSSO

Earl Owens (correspondente)

O descontrolo do mercado como consequência da política neoliberal de Yeltsin tem provocado consequências graves para os russos. Enquanto os preços continuam subindo vertiginosamente um professor ou um empregado de hospital ganha de 7 a 9 dólares/mês (800 a 1000 rublos) e um operário médio ganha entre 14 e 28 dólares (1.500 a 3.000 rublos). A situação de miséria é evidente, apesar de que alguns serviços, como o transporte que continua nas mãos do estado continua sendo barato.

Ainda não se desencadeou o desemprego massivo porque ainda não chegou o capital financeiro e a grande maioria das empresas não foram privatizadas. Sem dúvida, os experts na matéria opinam que rapidamente se chegará à marca de 10 milhões de desempregados nem bem se inicia a instalação do capital imperialista.

As massas vivem rapidamente sua experiência de "paraíso capitalista" e vão se preparando para lançar-se novamente em lutas importantes para acabar com a miséria que a cada dia vai se aprofundando. Os sindicatos continuam controlados pelos velhos burocratas e não há esperanças de que orientem revolucionariamente as massas. Os revolucionários devem lutar a partir das bases dos sindicatos para expulsar a burocracia antioperária: têm que retornar à velha tradição revolucionária desses sindicatos que serviram para expulsar o czarismo e que foram canais de mobilização dos explorados em sua luta contra a opressão.

No plano político há total desajuste: geram-se novos golpes de estado, na extrema direita, que procura "pôr os bolcheviques num estádio" e na esquerda estalinista que tem ainda elementos no exército e na alta burocracia. Os revolucionários não compreendem ainda a idéia de edificar uma partido revolucionário: há um projeto de criar um "Partido dos Trabalhadores", que não parece projetar-se muito além de uma posição reformista. O marxismo revolucionário chegará a Rússia, paradoxalmente, de fora: através da IV Internacional que hoje começa a se reconstruir como partido na América Latina.

(EXTRAÍDO DO JORNAL "MASSAS" BOLIVIANO NR 1290 DE 25/06/92)

CRESCE A PERSEGUIÇÃO AO POR

Nem bem se radicalizaram as mobilizações antigovernamentais das massas iniciaram-se as prisões e perseguições contra os poristas em diversas cidades do país, particularmente Santa Cruz, Cochabamba e La Paz. Paralelamente se intensificou a campanha dos burocratas sindicais que pretendem expulsar os trotskistas dos organismos de massas.

Trata-se de uma campanha da classe dominante e seus servos, que avaliam que para derrotar as massas têm a necessidade de esmagar o POR, que é a encarnação da radicalização dos explorados. A frente única entre o imperialismo, o oficialismo e a burocracia sindical usa a imprensa para seu propósito, procurando extirpar o trotskismo pela raiz e neste empenho tem-se dados de que elementos uniformizados direitistas e corruptos estão organizando grupos ao estilo do Triple A para eliminar os trotskistas, incluídos aqueles que poderiam existir no seio das Forças Armadas e da Polícia.

A agudização da luta de classe chega a este extremo e os revolucionários devem afinar os métodos de trabalho clandestino, aprofundar as medidas de segurança, organizar grupos armados de autodefesa submergindo-se nas camadas mais amplas da população, que serão estas que irão evitar a destruição física dos trotskistas.

(EXTRAÍDO DO JORNAL "MASSAS" BOLIVIANO NR. 1278 DE 18.03.92)

O ENCONTRO DO GRUPO DOS SETE:

IMPOTÊNCIA DO IMPERIALISMO PARA RESOLVER A CRISE MUNDIAL

Em meados de julho, realizou-se em Munique, o 18o. Encontro de Cúpula do Grupo dos Sete Grandes, clube fechado das metrópoles imperialistas, que juntas controlam 3/4 da riqueza do planeta: EUA, Japão, França, Alemanha, Itália, Canadá e Grã-Bretanha. Contou também com a participação da Rússia, como "convidado especial".

Enquanto debatiam exaustivamente nos gabinetes sobre os problemas que vêm se avolumando nessas metrópoles (aumento do desemprego, déficit público, falências, etc), reprimiam duramente as manifestações que ocorriam do lado de fora.

A declaração de boas intenções sem ter qualquer proposta de solução para a crise estrutural do regime capitalista, apresentada no final do encontro, demonstram a sua impotência para resolvê-la. Revelando, assim, que a propriedade privada monopolista é o fundamental obstáculo que impede o amplo desenvolvimento das forças produtivas a nível mundial, e que, portanto, é a responsável pelas crises econômicas cada vez mais agudas.

O impasse em torno do GATT continua, pois as metrópoles europeias não cederam novamente às pressões ianques de abrir as fronteiras para aceitar a desova dos produtos americanos, pois se o fizerem, aprofundarão ainda mais suas crises internas. Na verdade, o encontro serviu apenas para exigir da burocracia estalinista, convidada especial representante da CEI, que acelere o processo de privatização da economia, mediante as promessas de empréstimos da ordem de US\$ 1 bilhão em agosto, US\$ 3 bilhões em outubro (caso consiga implantar a reforma fiscal) e o adiamento do pagamento dos juros do principal da dívida russa, calculada em US\$ 77 bilhões.

Não basta para os rapinas destruir parte das forças produtivas, é preciso abrir novos mercados para conseguir manter em pé esse regime que agoniza.

A liberação das forças produtivas depende da revolução proletária mundial. Caso contrário, o imperialismo continuará impondo a barbárie à humanidade.

A BOLÍVIA OUTRA VEZ INVADIDA PELOS NORTE-AMERICANOS

Com o desgastado pretexto da "ação cívica" chegaram ao país 250 engenheiros militares norte-americanos em Beni e sabe-se que uma comitiva semelhante chegará a La Paz.

O exército norte-americano vem realizando estas ações para preparar-se para o caso de uma invasão armada: terreno, clima, alimentação, características da população, etc. É parte da chamada guerra de "baixa intensidade".

Chega de ianques passeando em nosso país como se fosse sua propriedade, sob o olhar complacente de seus servos governantes nativos! Não queremos mais missões estrangeiras.

YANKES GO HOME!

(Ianques vão embora!)

(EXTRAÍDO DO JORNAL "MASSAS" BOLIVIANO NR 1289 DE 18/06/92)

500 ANOS DE ESCRAVIDÃO E OPRESSÃO

No dia 12 de outubro de 1492 iniciou-se a conquista da América pelos espanhóis. Já se preparam os festejos dos 500 anos de "descoberta" do continente pelos europeus. O que apontamos nesses longos anos de ocupação, conquistas e exploração não merecem discursos de magia, desfiles, bandas, fanfarras e sim a construção da luta pela emancipação de um povo oprimido pelas metrópoles imperialistas.

O Brasil, pelo acordo entre Espanha e Portugal (Tratado de Tordesilhas), foi ocupado pelos exploradores portugueses em 1500. Porém, a iniciativa de colonizá-lo (terceira década do séc. XVI) prendeu-se, em primeiro lugar, em garantir a posse efetiva do território e, em segundo, estabelecer uma atividade econômica rentável, capaz de proporcionar lucros para a metrópole, no momento em que o comércio com as Índias apresentava sinais de crise.

Diferentemente da conquista espanhola que se centralizou no saque das riquezas naturais (ouro e prata) e no massacre dos nativos, a ocupação portuguesa na costa brasileira não contou, inicialmente, com a exploração das riquezas minerais. Para colonizar e submeter a população indígena, Portugal fez

do Brasil uma colônia de exploração, totalmente dependente da política mercantilista traçada pelo Estado absolutista. O que os une é que a conquista da América e a ocupação portuguesa do Brasil se inscrevem no marco do crescimento dos germens do capitalismo, sendo um deles o início do mercado internacional.

A empresa agrícola açucareira, implantada no Brasil, estava inteiramente voltada para o mercado exterior, isto é, nasceu e desenvolveu-se em função do atendimento das demandas externas. Por isso, foi marcada pela grande propriedade latifundiária, utilizando o trabalho escravo (primeiro o índio, depois o negro africano). Uma estrutura agrícola assentada no caráter monocultor, latifundiário e escravista, que impediu a diversificação econômica e a formação de um mercado interno. Foi com essa característica básica que a metrópole portuguesa manteve o submetimento econômico, político e social da colônia.

A Coroa portuguesa aliada a Igreja Católica impôs ao território, através da submissão (catequese) dos nativos e do trabalho escravo, um novo modo de produção que foi respondido com re-

sistência e luta. Basta lembrar Palmares.

Desta forma, a conquista da América e a ocupação portuguesa do Brasil devem ser explicadas como parte da necessidade histórica do desenvolvimento do capitalismo e pelo seu caráter de exploração de classe teve que massacrar as culturas nativas e submetê-las à nova ordem mundial.

O Brasil de colônia que foi até 1822 se transformou, após a separação de Portugal, em uma semicolônia. Ou seja, um país capitalista atrasado e submetido às metrópoles imperialistas. A sua estruturação tardia ocorreu nas condições gerais da etapa superior do capitalismo (imperialismo) e foi submetido às necessidades deste. O modo de produção capitalista foi implantado de fora no país, ou seja, não foi resultado do desenvolvimento de nossas forças produtivas. O ingresso tardio no mercado mundial relegou-o a um brutal atraso. O atraso se deu, também, devido ao desenvolvimento desigual da economia, isto é, ao lado de uma grande concentração industrial (São Paulo-Rio) há regiões como Norte e Nordeste em condições de grande atraso, convivendo inclusive com a produção pré-capitalista; com 50% da população analfabeta

e onde 60 mil pessoas entre 18 e 20 anos vivem nas fazendas em regime de escravidão.

O caráter semicolonial, imposto pela economia mundial a uma nação oprimida faz com que a independência (soberania) não resida no país e sim nos grandes centros imperialistas. A burguesia nacional é incapaz de promover o desenvolvimento homogêneo no país, dado sua submissão aos ditames das metrópoles credoras.

Hoje, mais do que nunca, na fase de decomposição do imperialismo a nível mundial o país sofre as consequências mais duras de um sistema que se desagrega. A política recolonizadora (neoliberalismo) encarnada pelo governo Collor vem aprofundando a concentração de riqueza nas mãos de uma minoria e concentrando a miséria nas costas da maioria da população.

A T-POR não vê motivos para comemorar os 500 anos de descoberta da América, mas tem razões suficientes para conchamar todos aqueles que se reivindicam da classe operária a construir o movimento antiimperialista e anticapitalista, sob a direção política do proletariado.

Já pode ser comprado:

Libertação das nações oprimidas

500 anos de opressão -- Basta !

de Guillermo Lora

9a. REUNIÃO DO COMITÊ DE ENLACE:

APROFUNDA-SE A CRISE MUNDIAL

Transcrevemos abaixo, o editorial do Boletim Internacional nr. 3 do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional, aprovado na 9a. Conferência do Comitê, realizado nos dias 17, 18 e 19 de julho de 1992.

Esta matéria editorial, trata dos fatos ocorridos (levantes, greves, etc) no decorrer deste anos em vários países imperialistas, a exemplo de Los Angeles, Alemanha, etc.

- EDITORIAL

As vésperas do primeiro de maio, o levante negro e latino no coração do imperialismo mundial - Estados Unidos - pôs em relevo a crise estrutural do capitalismo.

Os escravos no próprio território norte-americano se rebelam contra a ordem estabelecida.

O próprio imperialismo norte-americano não pode senão responder à lógica implacável desta fase do capitalismo: quando ainda está fresco o sangue derramado no Iraque, está colocada a ameaça de invasão contra a Iugoslávia, e estão os norte-americanos ocupando o território boliviano.

Entretanto, Maastrich, marca a unidade dos grandes capitalistas europeus em sua disputa contra outras frações do imperialismo. Essa unidade burguesa é contra os trabalhadores da Europa, contra os milhões de imigrantes que são tratados como material descartável, depois de serem usados como mão de obra barata na reconstrução da Europa do pós-guerra.

Nesse mesmo primeiro de maio, o proletariado alemão se pôs em pé de guerra, reagindo, no leste e no oeste, contra as "maravilhas" da economia de mercado.

O processo de restauração capitalista mostra ante as massas todo seu rosto de fome e miséria. A contra-revolucionária burocracia estalinista hoje é a campeã da economia de mercado. E isto na URSS, Leste Europeu, China, Cuba, etc. Expulsá-la do poder, fazer a revolução política, impedir a consumação da restauração capitalista, reinstaurar a ditadura do proletariado e a planificação socialista da economia, é a grande tarefa do momento.

O capitalismo mostra toda sua barbárie. Há que enterrar seu cadáver em decomposição, para que o mau-cheiro deste não acabe por nos asfixiar.

Na medida que a contradição fundamental da sociedade capitalista - o choque entre a produção social, coletiva, e as relações capitalistas de produção (propriedade privada) - não seja superada pela via revolucionária, a luta pelo socialismo é e será a única resposta capaz de evitar a barbárie.

Longe de estar morto, o marxismo, o socialismo científico, é a única saída para a humanidade.

Sua consumação mediante a revolução proletária depende da resolução da crise de direção política da classe operária. E esta, por sua vez, depende de que as inúmeras lutas que estão protagonizando através do mundo, forjem uma vanguarda política, que compreenda a necessidade urgente da diferenciação revolucionária, de organizar-se em partido, de reconstruir a IV Internacional.

A essa vanguarda está dirigido este terceiro número de nosso boletim.

(EXTRAÍDO DO BOLETIM INTERNACIONAL NR.3)

- ADQUIRA O BOLETIM INTERNACIONAL NR. 3 COM OS MILITANTES DA T-POR